



AG

**ANDRADE
GUTIERREZ**

PARTICIPAÇÕES

2023

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas para o exercício findo em 31
de dezembro de 2023

Andrade Gutierrez Participações S.A.

Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Marcio Magno
Diretor Centro de Serviços
Compartilhados
marcio.magno@agnet.com.br

Leandro Gonçalves
Gerente de Contabilidade
leandro.goncalves@agnet.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	2
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	14
4. SEGMENTOS.....	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	16
8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	16
9. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	19
10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	21
11. DEBÊNTURES A PAGAR.....	21
12. PARTES RELACIONADAS	24
13. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	25
14. OUTROS PASSIVOS.....	26
15. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	26
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	28
18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO	28
19. RESULTADO FINANCEIRO	29
20. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	29
21. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
22. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA	33

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos:

Acionistas e Administradores da
Andrade Gutierrez Participações S.A.
Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Andrade Gutierrez Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Andrade Gutierrez Participações S.A em 31 de dezembro de 2023 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme apresentado na nota explicativa nº 12, a Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por mútuos e notas de débito. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter/manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2024.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Cardoso Freitas'.

Alexandre Cardoso Freitas
CRC – 1MG-060.762/O

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Balço Patrimonial

Levantados em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.949	18.840	5.961	18.851
Títulos e valores mobiliários	6	176.241	189.234	176.241	189.234
Créditos com partes relacionadas	12	-	17.937	-	17.937
Impostos a recuperar	7	2.407	2.219	2.436	2.248
Outros ativos circulantes		142	623	144	623
Total do ativo circulante		184.739	228.853	184.782	228.893
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	571.617	587.952	571.617	587.952
Créditos com partes relacionadas	12	252.472	229.317	252.472	229.317
Depósitos judiciais	13	181	-	181	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo		16.204	16.216	16.205	16.216
Total do realizável a longo prazo		840.474	833.485	840.475	833.485
Investimentos	8	82.351	28.421	82.351	28.400
Imobilizado		38	32	38	32
Direitos de uso de arrendamentos	9	111	112	111	112
Total do ativo não circulante		922.974	862.050	922.975	862.029
Total do ativo		1.107.713	1.090.903	1.107.757	1.090.922
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e subempreiteiros		625	693	663	706
Debêntures a pagar	11	35.765	33.476	35.765	33.476
Passivos de arrendamentos	9	126	199	126	199
Débitos com partes relacionadas	12	-	1.480	-	1.483
Salários, provisões e obrigações sociais		915	683	915	683
Impostos e contribuições a recolher	10	80.480	79.194	80.483	79.197
Outros passivos circulantes	14	39.910	4.429	39.910	4.429
Total do passivo circulante		157.821	120.154	157.862	120.173
Não circulante					
Debêntures a pagar	11	243.602	259.826	243.602	259.826
Impostos e contribuições a recolher	10	289.187	304.698	289.188	304.698
Débitos com partes relacionadas	12	3.978	41	3.981	41
Provisões para risco	13	-	27	-	27
Provisão para perdas em investimentos	8	753	1.450	751	1.450
Outros passivos não circulantes	14	34.184	-	34.185	-
Total do passivo não circulante		571.704	566.042	571.707	566.042
Patrimônio líquido					
Capital social	16	2.377	2.377	2.377	2.377
Reservas de lucros		389.094	415.613	389.094	415.613
Ações em tesouraria		(85)	(85)	(85)	(85)
Outros resultados abrangentes		(13.198)	(13.198)	(13.198)	(13.198)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas		378.188	404.707	378.188	404.707
Total do patrimônio líquido		378.188	404.707	378.188	404.707
Total do passivo e patrimônio líquido		1.107.713	1.090.903	1.107.757	1.090.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(31.951)	(110.233)	(31.975)	(110.240)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(11.869)	630.042	(11.845)	630.047
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido	13	-	165.045	-	165.045
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	18	(35.702)	1.701.160	(35.702)	1.701.160
		(79.522)	2.386.014	(79.522)	2.386.012
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(79.522)	2.386.014	(79.522)	2.386.012
Resultado financeiro, líquido	19	53.003	(273.652)	53.003	(273.650)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(26.519)	2.112.362	(26.519)	2.112.362
Tributos sobre o lucro					
Corrente	15	-	(324.290)	-	(324.290)
		-	(324.290)	-	(324.290)
Resultado líquido		(26.519)	1.788.072	(26.519)	1.788.072
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas:					
	20				
Ação ordinária - em R\$		(0,0192)	1,2971	(0,0192)	1,2971
Ação preferencial - em R\$		(0,0212)	1,4268	(0,0212)	1,4268
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas:					
	20				
Ação ordinária - em R\$		(0,0170)	1,1488	(0,0170)	1,1488
Ação preferencial - em R\$		(0,0028)	1,2807	(0,0028)	1,2807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(26.519)	1.788.072
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado		
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	-	(27.395)
Outros resultado abrangentes	-	92.116
	-	64.721
Total do resultado abrangente	(26.519)	1.852.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Resultados acumulados							Patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.377	(85)	-	-	-	(563.547)	(77.919)	(639.174)
Apropriação do lucro não realizado	-	-	-	-	-	345	-	345
Constituição de reserva legal	-	-	475	-	-	(475)	-	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	2.377	-	(2.377)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	412.761	(412.761)	-	-
Distribuição de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	(809.257)	-	(809.257)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.788.072	-	1.788.072
Outros resultados abrangentes, reflexos	-	-	-	-	-	-	(27.395)	(27.395)
Realização de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	92.116	92.116
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.377	(85)	475	2.377	412.761	-	(13.198)	404.707
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(26.519)	-	(26.519)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.377	(85)	475	2.377	412.761	(26.519)	(13.198)	378.188

Andrade Gutierrez Participações S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 (expressos em R\$ mil)



PARTICIPAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do exercício		(26.519)	1.788.072	(26.519)	1.788.072
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações		1.178	1.423	1.178	1.423
Juros de arrendamento/ empréstimos e variações cambiais líquidas		24.750	259.266	24.750	259.266
Equivalência patrimonial	8	11.869	(630.042)	11.845	(630.047)
Constituição de provisão para riscos, líquidas	14	(27)	(165.045)	(27)	(165.045)
Custo na emissão de debêntures	12	-	21.635	-	21.635
(Ganho) perda em investimentos		-	(1.901.235)	-	(1.901.235)
		11.251	(625.926)	11.227	(625.931)
(Aumento) redução dos ativos operacionais					
Impostos a recuperar		(188)	(15.901)	(188)	(15.901)
Outros ativos		(871)	(3)	(871)	(3)
		(1.059)	(15.904)	(1.059)	(15.904)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros		(68)	(4.592)	(43)	(4.580)
Salários, provisões e obrigações sociais		17.286	1.184	17.286	1.184
Impostos e contribuições a recolher		(14.225)	311.001	(14.225)	311.001
Outros passivos		52.611	(9)	52.611	(9)
		55.604	307.584	55.629	307.596
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		65.796	307.584	65.797	(334.239)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Títulos e valores mobiliários		29.328	(728.807)	29.328	(728.807)
Aquisições de Investimento/Aumento de capital em investidas		(35.740)	(12.381)	(35.740)	(12.381)
(Pagamento na aquisição) recebimento na venda do ativo imobilizado e intangível, líquido		-	(16)	-	(16)
Recebimento de empresas ligadas, líquido		-	28.346	-	28.349
Recebimento por alienação de participação em investida		-	4.127.060	-	4.127.060
Transações com empresas ligadas, líquido		(33.517)	-	(33.517)	-
Aquisição de participação em investimento		-	(15.000)	-	(15.000)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(39.929)	3.399.202	(39.929)	3.399.205
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Dividendos pagos		-	(809.257)	-	(809.257)
Pagamento de principal das obrigações de financiamentos	11	(5.295)	(2.041.906)	(5.295)	(2.041.906)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	11	(33.367)	(206.873)	(33.367)	(206.873)
Pagamento de passivos de arrendamentos	9	(96)	(1.303)	(96)	(1.303)
Pagamento de juros de arrendamentos	9	-	(15)	-	(15)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(38.758)	(2.852.466)	(38.758)	(3.059.354)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(12.891)	5.602	(12.890)	5.612
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.840	13.238	18.851	13.239
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.949	18.840	5.961	18.851
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(12.891)	5.602	(12.890)	5.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Andrade Gutierrez Participações S.A. (“Companhia” ou “AGPAR”), sediada na Avenida do Contorno, nº 8.123 em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma holding que tem como principal objetivo a participação no capital de empresas que atuam na concessão de serviços públicos e/ou privados. A Companhia cabe o papel de definir estratégias e monitorar resultados. A AGPAR, por ser uma holding, tem uma estrutura patrimonial diferente da maioria das empresas operacionais. Com isto, ela administra sua estrutura de capital visando sua capacidade de continuidade operacional de maneira a oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*. Busca também manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. As ações que são tomadas nesse sentido, passam pela análise e adequação de seu endividamento, buscando alternativas para manter equilibrada sua estrutura de dívidas à luz da situação atual e expectativas de resultados futuros. Além disto, considerando o contexto do grupo econômico ao qual a Companhia está inserido, a Administração também pode avaliar possibilidades de eventual suporte financeiro de outras Companhias do Grupo AG.

Segmentos de atuação

Em 31 de dezembro de 2023, as áreas de investimento da Companhia, independentes entre si e cada qual responsável pela condução de seus respectivos interesses, estão estruturadas em quatro segmentos: Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos; Madeira Energia; Arenas; e Outros.

Informações adicionais sobre os investimentos da Companhia, segregados pelos segmentos de atuação, estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

No exercício de 2023, não ocorreram alterações na estrutura e composição dos segmentos de atuação da Companhia em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

1.1. Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos

O segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos é representado pelos investimentos de 33,33% do capital social da Companhia Operadora de Rodovias (“COR”), bem como a participação de 32,67% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”).

1.1.1. Controlada em conjunto COR

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços relacionados com a operação de rodovias, compreendendo serviços de controle, inspeção e fiscalização de trânsito, serviços de atendimento emergencial, médico e mecânico, serviços de comunicação e informação aos usuários, serviço de arrecadação de pedágio, serviços de pesagem de veículos, serviços de manutenção de equipamentos mecânicos e eletroeletrônicos.

1.1.2. Controlada em conjunto COPER

Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”), que realiza a prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP, cujo contrato de concessão para exploração da rodovia, que inicialmente iria até 28 de fevereiro de 2021, foi prorrogado para 28 de fevereiro de 2022. Entretanto, essa extensão de prazo no contrato de concessão não se aplica ao contrato entre o COPER e a Concessionária, que foi encerrado em 28 de fevereiro de 2021. Com isto, o COPER deixa de ter qualquer atividade operacional, e o seu prazo de encerramento será o necessário para a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades.

1.2. Segmento Madeira Energia

O segmento Madeira Energia é representado pela participação da Companhia em 16,58% do capital total, sendo 49,33% do capital votante, da controlada em conjunto SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”) que, por sua vez, investe diretamente na Madeira Energia S.A. (“MESA”), com 0,07% do total de suas ações.

1.2.1. Controlada em conjunto SAAG

A SAAG é uma sociedade por ações, de capital fechado, que tem por objetivo social a participação no capital social da Madeira Energia S.A. e é uma holding controlada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”) e a Companhia. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia possui 16,58% do capital total da SAAG.

1.2.2. Coligada indireta Madeira Energia

A Madeira Energia S.A. “MESA” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de São Paulo, e é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A., que tem como objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo “bulbo” que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água. A sua Licença de Operação vigente (Nº 1044/2011-1ª Renovação-2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2023, a Usina Hidrelétrica Santo Antônio possuía 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.313,3 MW médios de garantia física (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022).

A garantia física da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, a partir de janeiro de 2023, será de 2.313,3 MW médios (redução de 110,9 MW médios) conforme Portaria MME nº 704/GM/MME.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio iniciou a sua operação comercial em 2012 com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em dezembro de 2016 quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras – 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (empresas distribuidoras de energia elétrica) com vencimento no ano de 2041. Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 8 grandes clientes com vencimento no ano de 2027.

A energia adicional, referente às 06 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A Santo Antônio Energia S.A participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.
- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre – CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

1.3. Segmento Arenas

O segmento Arenas é representado pela participação detida pela Companhia de 50% no capital social da SPE Holding Beira Rio S.A. (“BRIO”). A BRIO é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 2.500, sala 1212, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o restante do capital social da BRIO é detido pelo Fundo de Investimentos em Participações Beira Rio (“FIP BTG”), fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado pertencente ao Grupo BTG Pactual.

O objeto social da BRIO é a renovação, reforma e modernização do Complexo Beira-Rio, situado na Av. Padre Cacique nº 891, em Porto Alegre/RS, por si ou por terceiros. Compreende a exploração comercial de cadeiras, camarotes e afins que compõe o Estádio Beira-Rio, além da exploração, incorporação e intermediação imobiliária no prazo de 20 anos. É responsável pela operação das atividades vinculadas ao Complexo Beira-Rio: (i) de Catering (alimentação e bebidas) nos

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

bares e restaurantes atualmente existentes e a serem criados no Estádio Beira-Rio; (ii) das áreas de lojas do Complexo Beira-Rio; e (iii) do edifício garagem.

Ao final da concessão a BRIO entregará os bens adquiridos ou construídos para o Sport Club Internacional (“SCI”), não cabendo à ela qualquer indenização, direito de retenção ou compensação pela realização das obras e serviços.

Em 19 de março de 2012, a BRIO assinou com o SCI um contrato de “Construção, Renovação e Operação do Complexo Beira-Rio”. A FIFA escolheu o Estádio Beira-Rio para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Para tanto, o estádio precisou ser adequado aos padrões internacionais exigidos pela entidade. Diante dos investimentos requeridos para a modernização, o SCI assinou o referido contrato com a SPE, que aporta recursos financeiros em contrapartida ao direito de explorar áreas do complexo.

1.4. Segmento Outros

O segmento Outros é representado pelas participações de 100% do capital social da AGC Energia S.A., bem como 33,33% do capital social da Evolua Energia Participações S.A..

1.4.1. Controlada AGC Energia

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social participar no capital social de empresas do segmento de energia. No decorrer do ano de 2017 a AGC Energia vendeu a totalidade de ações que detinha de CEMIG, equivalente a 6,70% do capital social. A Administração da Companhia monitora constantemente novas oportunidades de investimento para esta investida.

1.4.2. Controlada em conjunto Evolua Energia Participações S.A. (“Evolua”)

A Evolua é uma empresa focada no desenvolvimento, implantação e gestão comercial de projetos fotovoltaicos no setor de Geração Distribuída, e passou a integrar a relação de investimentos da Companhia em 2020. A Evolua é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG.

No dia 5 de setembro de 2023, foi aprovado um aumento de capital na empresa investida Evolua, por meio da subscrição de novas ações no valor de R\$ 44.601. Nesta operação, a Companhia optou por não exercer seu direito de integralização, resultando em uma diluição de sua participação societária de 50% para 33,33% (ver nota explicativa nº 8.)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo,

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

O Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (“R\$”). Todos os valores apresentados em Reais nestas demonstrações estão arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares, salvo se especificado de outra forma).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data de avaliação em que os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração e preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas tempestivamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato:** Avaliação do risco de inadimplência para avaliação da perda esperada de clientes;
- **Reconhecimento de ativos e fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

2.4. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

2.5.1. Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo AG decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 (R1) – Contrato de seguro	Nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).
CPC 23 (R1) – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa	Esclarece a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros.
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras	Fornecer orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.
CPC 32 (R1) – Tributo sobre o Lucro	Estreita o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5.2. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração
CPC 06 (R1) – Arrendamentos	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e inclui a demonstração financeira da investida controlada pela Companhia, listada abaixo:

Controladas	País	Atividade principal	Capital social (%)	
			31/12/2023	31/12/2022
Controlada direta				
AGC Energia S.A.	Brasil	Holding	100	100

O controle é estabelecido quando a Companhia tem o poder de direcionar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para obter benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da companhia controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

4. SEGMENTOS

As informações por segmento são apresentadas em relação aos negócios e participações da Companhia que foram definidas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Os montantes de ativos, passivos, resultado e patrimônio líquido dos segmentos, estão sendo apresentados na nota explicativa nº 8.5..

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1. Política contábil

Este conjunto compreende os saldos em espécie nas contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, geralmente com vencimento inferior a três meses. Esses ativos são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e apresentam risco insignificante de variação de valor.

5.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	359	345	371	356
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	5.590	18.495	5.590	18.495
	5.949	18.840	5.961	18.851
Moeda nacional	5.949	18.840	5.961	18.851
	5.949	18.840	5.961	18.851

(a) A composição das aplicações financeiras de liquidez imediata é assim apresentada:

Controladora e Consolidado

	Taxas médias ponderadas (a.a)		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022		
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	101% da taxa DI	96% da taxa DI	-	9.947
Fundo de investimento	100% da taxa DI	104% da taxa DI	5.557	8.501
Operações compromissadas	80% da taxa DI	80% da taxa DI	33	47
			5.590	18.495

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6.1. Política contábil

A prática da Companhia e de suas controladas, em relação aos títulos e valores mobiliários é principalmente orientada pela intenção de manter esses títulos a longo prazo, visando receber os fluxos de caixa contratuais associados a esses instrumentos. Esses títulos apresentam características de fluxos de caixa que consistem principalmente em pagamento de principal e juros. Em conformidade com as orientações estabelecidas.

6.2. Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Debênture privada (a)	159.237	155.993
Certificado de Depósito Bancário (b)	17.004	33.241
	176.241	189.234
Não circulante		
Debênture privada (a)	571.617	587.952
	571.617	587.952

(a) Refere-se a 715.000 cotas (setecentos e quinze mil) debêntures emitidas., pelo valor nominal de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) cada uma, sendo: (i) 460.000 (quatrocentos e sessenta mil) debêntures da primeira série, com vencimento em 28 de outubro de 2027 e remuneração de 125% do CDI a.a.; e (ii) 255.000 (duzentas e cinquenta e cinco mil) debêntures da segunda série, com vencimento em 15 de outubro de 2030 e remuneração de TJLP + 2,5% a.a.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

- (b) Refere-se a valor de aplicação financeira, exigido contratualmente, vinculado à 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 12.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

7.1. Política contábil

São reconhecidos nesta rubrica os saldos de créditos tributários a recuperar que se originam, substancialmente, de antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e das retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e o referido imposto é retido pela instituição financeira. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundos de suas operações.

7.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IR retido na fonte (a)	2.407	2.057	2.436	2.086
Créditos fiscais - CSLL	-	158	-	158
Outros	-	4	-	4
	2.407	2.219	2.436	2.248

- (a) Refere-se ao imposto de renda retido sobre os rendimentos resgatados de aplicações financeiras e de crédito de IRRF oriundo da operação do consórcio COPER e da própria Companhia.

A administração da Companhia acredita que realizará os referidos créditos com o curso normal de suas atividades e dentro dos próximos doze meses.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

8.1. Política contábil

A Companhia classifica uma investida como controlada quando detém o poder de influenciar, de forma unilateral, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

Controladas em conjunto são investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, exigindo consenso para que as decisões estratégicas sejam aprovadas.

Para fins de apresentação, a Companhia reconhece as participações societárias líquidas positivas como “Investimentos” e quando a participação societária em um investimento resulta em valor negativo, o valor do investimento é registrado como “Provisão para perdas em investimentos”.

Ágios

Os ágios gerados nas aquisições das participações acionárias estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ágios possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

8.2. Relação das investidas e principais informações

Um resumo das relações de controle e percentuais de participação da Companhia sobre suas investidas em 31 de dezembro de 2023, pode ser assim demonstrado:

	Controladas	País	Atividade principal	Participação societária (%)		Patrimônio Líquido	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Controlada direta							
AGC Energia S.A.		Brasil	Holding	100,00	100,00	(2)	20
Controladas em conjunto							
Companhia Operadora de Rodovias - COR		Brasil	Holding	33,33	33,33	(2.253)	(1.317)
Evolua Energia Participações S.A.		Brasil	Holding	33,33	50,00	183.442	33.417
SAAG Investimentos S.A.		Brasil	Holding	16,58	16,58	11.136	7.314
SPE Holding Beira-Rio S.A.		Brasil	Holding	50,00	50,00	22.929	5.157

8.3. Movimentação dos saldos de investimento

As movimentações das participações nas investidas da Companhia para 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	Movimentação do exercício			31/12/2023	31/12/2023	
	Investimento líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Ganho na variação do % de participação (resultado)	Equivalência Patrimonial	Investimento líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos	Provisão para perdas em investimentos
Controladas							
AGC Energia S.A.	21	-	-	(23)	(2)	-	(2)
Controladas em conjunto							
COR - Cia Operadora de Rodovias	(1.450)	-	-	699	(751)	-	(751)
Evolua Energia Participações S.A. (a)	24.608	37.093	14.663	(7.321)	69.043	69.043	-
SAAG Investimentos S.A.	1.213	-	-	630	1.843	1.843	-
SPE Holding Beira-Rio S.A	2.579	14.740	-	(5.854)	11.465	11.465	-
Total dos investimentos	26.971	51.833	14.663	(11.869)	81.598	82.351	(753)

- (a) Em Maio e Agosto de 2023, a Companhia integralizou capital na investida Evolua por meio de AFAC e transferencia de recursos, totalizando R\$37.093. Em setembro de 2023, foi aprovado um novo aumento de capital, por meio da subscrição de novas ações no valor de R\$ 44.601. Nesta operação, a Companhia optou por não exercer seu direito de integralização, resultando em uma diluição de sua participação societária de 50% para 33,33%, gerando um ganho na variação de percentual de participação de R\$ 14.663

	31/12/2021		Movimentação do exercício							31/12/2022		31/12/2023	
	Patrimônio líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Distribuição / Reversão de dividendos	Ajuste de conversão / O.R.A.	Resultados acumulados / Reservas	Resultado do exercício	Aquisição de participação	Transferência para mantidos para venda	Ativo baixado	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos / Ativos mantidos para venda	Provisão para perdas em investimentos	
Controladas													
AGC Energia S.A.	26	-	-	-	-	(5)	-	-	-	21	21	-	
Controladas em conjunto													
CCR S.A. (a)	1.511.122	-	1.722	(27.395)	345	647.915	-	(2.133.709)	(2.133.709)	-	-	-	
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(183)	-	-	-	-	(1.267)	-	-	-	(1.450)	-	(1.450)	
SAAG Investimentos S.A. (b)	157	174	-	-	-	882	-	-	-	1.213	1.213	-	
SPE Holding Beira-Rio S.A. (c)	(3.793)	16.627	-	-	-	(10.255)	-	-	-	2.579	2.579	-	
Evolua Energia Participações S.A. (d)	16.836	-	-	-	-	(7.228)	15.000	-	-	24.608	24.608	-	
Total dos investimentos	1.524.165	16.801	1.722	(27.395)	345	630.042	15.000	(2.133.709)	(2.133.709)	26.971	28.421	(1.450)	

- (a) Além da participação proporcional no patrimônio da investida, encontrava-se registrado nesta linha, ágio no montante de R\$290.542, proveniente da transação de compra de ações da CCR e fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da investida. Em 31 de agosto de 2022, a Companhia concluiu o processo de alienação da totalidade de suas ações de emissão da CCR (300.149.836 ações ordinárias, correspondentes a 14,86% do capital social da CCR) pelo valor de R\$13,75 cada, totalizando R\$4.127.060, que foram pagos, em dinheiro, à vista, no dia 12 de setembro de 2022. O valor da venda foi ajustado em razão de dividendos pagos pela CCR, no valor de R\$26.245 em abril de 2022.
- (b) A investida reconheceu no exercício um resultado negativo de R\$150.873, este resultado foi revertido em R\$156.197 devido a ajuste proforma em sua investida indireta MESA. Desta forma a equivalência reconhecida no exercício foi de 16,58% sobre R\$5.324 gerando na AGPAR R\$882 de resultado positivo.
- (c) A AGPAR adquiriu 9.874.850 ações da SPE Beira Rio. Essa aquisição foi realizada por intermédio de aporte feito pelo Fundo de Investimento em Participações Beira Rio ("FIP BTG"). O FIP BTG realizou o aporte, no montante total de R\$19.750, sendo R\$9.875, como aumento de capital por conta e ordem da AGPAR e R\$9.875, referente a participação do FIP BTG, mantendo a proporcionalidade de participação das acionistas no empreendimento. O FIP BTG passa a ser credor com o direito de receber R\$9.875 da AGPAR. O valor de R\$5.455 foi quitado ao longo de 2022, com o saldo de R\$4.420 em aberto.

(d) A AGPAR celebrou no dia 03 de maio de 2022 um instrumento particular de compra e venda de ações (“SPA”) com a Greenyellow Brazil B.V. para a compra da totalidade de suas ações na Evolua Energia Participações S.A. Em 07 de julho de 2022, 3.091.432 ações da Greenyellow foram transferidas para a AGPAR pelo valor de R\$15.000, com um ágio de R\$7.900 compondo o saldo do investimento. A AGPAR passou a ter 50% de participação do capital social da Evolua.

8.4. Investimentos do Consolidado - Movimentação

A seguir são apresentadas as movimentações dos investimentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial Consolidado, no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2022	Movimentação do exercício			31/12/2023	31/12/2023	
	Investimento líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Ganho na variação do % de participação (resultado)	Equivalência Patrimonial	Investimento líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos	Provisão para perdas em investimentos
Controladas em conjunto							
COR - Cia Operadora de Rodovias	(1.450)	-	-	699	(751)	-	(751)
Evolua Energia Participações S.A	24.608	37.093	14.663	(7.321)	69.043	69.043	-
SAAG Investimentos S.A.	1.213	-	-	630	1.843	1.843	-
SPE Holding Beira-Rio S.A	2.579	14.740	-	(5.854)	11.465	11.465	-
Total dos investimentos	26.950	51.833	14.663	(11.846)	81.600	82.351	(751)

	Movimentação do exercício									31/12/2022	31/12/2022	
	Patrimônio líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Distribuição / Reversão de dividendos	Ajuste de conversão / O.R.A.	Resultados acumulados / Reservas	Resultado do exercício	Aquisição de participação	Transferência para mantidos para venda	Ativo baixado	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos / Ativos mantidos para venda	Provisão para perdas em investimentos
Controladas em conjunto												
CCR S.A. (a)	1.511.122	-	1.722	(27.395)	345	647.915	-	(2.133.709)	(2.133.709)	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(183)	-	-	-	-	(1.267)	-	-	-	(1.450)	-	(1.450)
SAAG Investimentos S.A. (b)	157	174	-	-	-	882	-	-	-	1.213	1.213	-
SPE Holding Beiro-Rio S.A. (c)	(3.793)	16.627	-	-	-	(10.255)	-	-	-	2.579	2.579	-
Evolua Energia Participações S.A. (d)	16.836	-	-	-	-	(7.228)	15.000	-	-	24.608	24.608	-
Total dos investimentos	1.524.139	16.801	1.722	(27.395)	345	630.047	15.000	(2.133.709)	(2.133.709)	26.950	28.400	(1.450)

8.5. Informações relevantes sobre os investimentos

As informações sobre os saldos de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado das investidas estão apresentadas a seguir:

	Segmento Rodovias, Mobilidade	Segmento Energia	Segmento Arenas	Segmento Outros	
	Companhia Operadora de Rodovias - COR	SAAG	SPE Holding Beira-Rio S.A.	AGC Energia S.A.	Evolua
Informações das investidas					
Ativo total	1.986	11.387	190.742	41	205.404
Passivo total	4.239	1	167.813	43	21.962
Capital social	50	1.176.306	414.094	42	141.293
Patrimônio líquido	(2.253)	11.386	22.929	(2)	183.442
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(936)	3.822	(11.709)	(23)	(14.160)
Outras informações da Companhia					
Participação no capital social da investida (%)	33,33%	16,58%	50,00%	100,00%	33,33%

Outras informações relevantes sobre os investimentos da Companhia estão detalhadas abaixo:

MESA

Revisão Ordinária de Garantia Física – ROGF

A partir de 1º de janeiro de 2023, a garantia física da UHE Santo Antônio, foi estabelecida em 2.313,3 MW médios (2.424,2 MW médios em 31 de dezembro de 2022). Esse valor foi definido no processo de Revisão Ordinária de Garantia Física – ROGF, regulamentado pelo Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998. O referido decreto prevê que o valor da garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS seja revisto a cada cinco anos, ou na ocorrência de fatos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

Na ROGF, apenas a parcela original da UHE Santo Antônio, referente às 44 UGs, cujo valor era de 2.218 MW médios foi elegível à revisão de garantia física. Assim, o valor foi revisado para 2.107,1 MW médios. Esse valor, somado à garantia física das 6 UGs, de 206,2 MW médios, totalizam 2.313,3 MW médios, vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme publicado na PORTARIA Nº 709/GM/MME de 30 de novembro de 2022.

Também foi divulgada a revisão dos valores das taxas de indisponibilidade de referência da UHE Santo Antônio, sendo de 1,591% para TEIF (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada) e de 3,707% para TEIP (Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada). Essa revisão foi definida com base no inciso II do Art. 5º da Portaria MME 42/2022 e o novo Índice de Disponibilidade de Referência é de 94,761% (99,50% em 31 de dezembro de 2022).

A revisão dos valores de indisponibilidade agregará uma maior flexibilidade para otimização das manutenções na UHE Santo Antônio e também evitará penalizações no Mercado de Curto Prazo - MCP mantendo a disponibilidade da UHE acima de 94,761% (em 31 de dezembro de 2022 a disponibilidade era de 97,05%).

Saída do acionista CEMIG

Em 20 de março de 2023, o acionista Cemig Geração e Transmissão S.A. deixou de fazer parte do quadro de acionistas da Companhia, sendo as suas ações adquiridas pelo acionista Controlador, Furnas Centrais Elétricas S.A.

Reestruturação da dívida e aumento de capital

Em 13 de novembro de 2023, a Controlada, em conjunto com o controlador indireto, Eletrobras, concluiu a reestruturação das dívidas dos contratos do BNDES FINEM. Esta reestruturação contou com os seguintes eventos:

- i. Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) do aumento de capital da Companhia e de sua Controlada, no valor de R\$2.042.554, realizada em 09 de novembro de 2023, a fim de suportar o pré-pagamento, pela Controlada aos bancos repassadores, no mesmo montante;
- ii. Realização, em 10 de novembro de 2023, do pré-pagamento, aos bancos repassadores, no montante de R\$2.042.554, pela Controlada;
- iii. Assunção, naquela data, do saldo da dívida do BNDES FINEM (descontado o pré-pagamento referenciado no item “ii” acima, pelo seu acionista controlador indireto Eletrobras Centrais Elétricas S/A (“Eletrobras”), no montante de R\$ 11.504.772, fazendo com que a Eletrobras se tornasse credora da SAESA no mesmo montante;
- iv. Ainda naquela data, a Eletrobras capitalizou os créditos detidos contra a SAESA em Furnas Centrais Elétricas S/A (“Furnas”) e, ato contínuo, Furnas capitalizou esses mesmos créditos na Madeira Energia S.A – MESA (“MESA”) que, por sua vez, capitalizou esse mesmo crédito em SAESA, fazendo com que ocorresse a extinção do referido crédito em razão de credor e devedor serem a mesma pessoa jurídica (fenômeno jurídico da confusão);
- v. Ao final das capitalizações, Furnas passou a deter 99,73% da MESA, única acionista da Controlada;
- vi. Os financiamentos da Controlada tiveram uma redução total de R\$ 13.547.326.

Indicadores financeiros após a reestruturação da dívida:

- Grau de Endividamento (dívida líquida/EBITDA): 2,5x (13,5x em dezembro de 2022);
- Estrutura do Capital (% do capital de terceiros): 29,61% (97,55% em dezembro de 2022).

Essa reestruturação é resultado do compromisso do acionista controlador indireto Eletrobras, para uma solução definitiva da situação financeira da SAESA, com a melhora de seu crédito e garantindo a perenidade e viabilidade econômica da Controlada.

9. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Com base no CPC 06 a Companhia avalia na data de início do contrato se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os ativos de direito de uso são reconhecidos para

representar o direito de utilizar os ativos arrendados e os passivos de arrendamento demonstram o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, ou seja, quando o ativo subjacente está disponível para uso. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando aplicável.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

9.2. Composição

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 6,33% ao ano que representa substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 31 de dezembro 2023:

Controladora e Consolidado

	Arrendamentos	31/12/2022	Adições	Amortização	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2023
Direito de uso com arrendamentos								
Imóveis		112	1.177	(1.178)	-	-	-	111
		112	1.177	(1.178)	-	-	-	111
Passivos de arrendamentos								
Imóveis		199	-	-	23	-	(96)	126
		199	-	-	23	-	(96)	126

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

PARTICIPAÇÕES

Arrendamentos	31/12/2021	Adições	Amortização	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2022
Direito de uso com arrendamentos							
Imóveis	100	1.421	(1.409)	-	-	-	112
	100	1.421	(1.409)	-	-	-	112
Passivos de arrendamentos							
Imóveis	67	1.421	-	29	(15)	(1.303)	199
	67	1.421	-	29	(15)	(1.303)	199

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

10.1. Composição

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento Lei nº 11.941/09 (a)	367.584	383.095	367.584	383.095
PIS e COFINS	1.895	605	1.898	608
IRRF	187	171	187	171
Outros	1	21	2	21
	369.667	383.892	369.671	383.895
Circulante	80.480	79.194	80.483	79.197
Não circulante	289.187	304.698	289.188	304.698
	369.667	383.892	369.671	383.895

(a) Parcelamento de IRPJ e CSLL da Companhia, referente aos débitos de IR e CSLL sobre o lucro apurado no 3º trimestre de 2022, resultante, principalmente, da alienação da participação da AGPAR na CCR. O montante foi parcelado em 60 (sessenta) parcelas iguais, atualizado pela Selic.

11. DEBÊNTURES A PAGAR

11.1. Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

11.2. Composição

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todas as debêntures, em 31 de dezembro de 2023, estão classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Controladora e Consolidado

	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2023	31/12/2022
		31/12/23	31/12/22		
Debêntures 1ª Emissão (a)	R\$	TJLP +1,65%	TJLP +1,65%	279.367	293.302
Total				279.367	293.302
Circulante				35.765	33.476
Não circulante				243.602	259.826
				279.367	293.302

Principais informações sobre a debenture, é como segue:

(a) 1ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em Assembleias realizadas em 21 de dezembro de 2010 e 23 de setembro de 2011, a Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia, sendo o subscritor o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), tendo como banco operador o Banco da Amazônia e tendo como gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Foram emitidas 263.424.210 debêntures, escriturais, divididas em quatro séries, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é R\$293.302.

Vencimento

As debêntures vencerão em outubro de 2031, com amortização em 35 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento em outubro de 2016 e a última no dia 15 de outubro de 2031.

Remuneração

Custo básico: Atualização correspondente à variação acumulada da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada de forma pro rata temporis por dias corridos, em regime de capitalização composta, incidente sobre o saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da data de sua integralização.

Juros: Incide sobre os saldos dos valores nominais das Debêntures, acrescidos do custo básico mencionado no item anterior, juros à taxa efetiva de 1,65% a.a., base 360 dias, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Del Credere: A partir da data da integralização das debêntures, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures, acrescidos do custo básico, incidirão encargos à taxa efetiva de 0,15% a.a., base 360 dias, a título de del credere, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigido semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Conversibilidade

A SUDAM, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou de resgate, poderá optar por converter as debêntures subscritas em ações preferenciais, sem direito a voto da Companhia, respeitando o limite de 50% no montante subscrito. Caso a SUDAM não opte pela conversão, fica a Companhia obrigada a efetuar os pagamentos semestrais e o resgate total dos títulos, no respectivo vencimento. Cada parcela das debêntures a ser convertida corresponderá a um número inteiro de ações obtido pela divisão do valor do montante a ser convertido pelo preço de emissão de cada ação.

O preço de conversão das ações será equivalente ao menor dos seguintes valores: (a) cotação média dos últimos trinta dias em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais; ou (b) valor acionário decorrente de avaliação da Companhia, considerado o método de fluxo de caixa descontado, consideradas todas as participações acionárias detidas pela Companhia, segundo avaliação a ser realizada por Banco de Investimento de primeira linha, contratado de comum acordo entre a Companhia e a SUDAM.

Em 31 de dezembro de 2023 (expressos em R\$ mil)

PARTICIPAÇÕES

O empréstimo mencionado no item (a), conta com as garantias de penhor de dividendos assim compreendidos como todos os proventos, frutos ou rendimentos de livre movimentação relativos às ações de emissão da Madeira Energia S.A. e da conta reserva equivalente a 2 vezes o serviço da dívida (principal + encargos), conforme informado no item (a) da Nota explicativa 6.

Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os vencimentos dos empréstimos no longo prazo podem ser assim demonstrados:

Controladora e Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	33.476
2024	35.765	32.477
2025	34.800	32.477
2026	34.800	32.477
Após 2026	174.002	162.395
	279.367	293.302

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

As movimentações das debêntures a pagar da Companhia, conciliada com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

Controladora e Consolidado						
	31/12/2022	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2023
Debêntures 1ª Emissão	293.302	(5.295)	(33.367)	24.727	-	279.367
	293.302	(5.295)	(33.367)	24.727	-	279.367

Controladora e Consolidado						
	31/12/2021	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2022
Debêntures 1ª Emissão	335.441	(34.357)	(40.593)	32.811	-	293.302
Debêntures 4ª Emissão	1.574.319	(1.632.442)	(103.024)	153.174	7.973	-
Debêntures 5ª Emissão	304.296	(312.977)	(40.350)	37.648	11.383	-
Debêntures 6ª Emissão	63.142	(62.130)	(22.906)	19.615	2.279	-
	2.277.198	(2.041.906)	(206.873)	243.248	21.635	293.302

12. PARTES RELACIONADAS

12.1 Composição

Natureza	31/12/2023		31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladas em conjunto</i>					
Evolua Energia Participações S.A.	AFAC/ Nota de Débito	-	-	16.098	-
<i>Outras Partes Relacionadas:</i>					
Consórcio COPER	Outros	-	-	-	211
Companhia Operadora de Rodovias (a)	Nota de débito	-	-	1.839	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	-	-	-	1.146
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	-	-	39
Outros	Outros	-	-	-	84
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.937</u>	<u>1.480</u>
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora Direta</i>					
Andrade Gutierrez S.A. (b)	Mútuo	223.925	-	206.844	-
<i>Outras Partes Relacionadas:</i>					
Companhia Operadora de Rodovias (a)	Nota de débito	3.078	-	-	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Outros	-	3.933	-	41
Telis Participações S.A. (c)	Mútuo	25.429	-	22.473	-
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	43	-	-
Outros	Outros	40	2	-	-
		<u>252.472</u>	<u>3.978</u>	<u>229.317</u>	<u>41</u>

Consolidado

Natureza	31/12/2023		31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladas em conjunto</i>					
Evolua Energia Participações S.A.	AFAC/ Nota de Débito	-	-	16.098	-
<i>Outras Partes Relacionadas:</i>					
Consórcio COPER	Outros	-	-	-	211
Companhia Operadora de Rodovias (a)	Nota de débito	-	-	1.839	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Nota de débito	-	-	-	1.146
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	-	-	42
Outros	Outros	-	-	-	84
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.937</u>	<u>1.483</u>
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora Direta</i>					
Andrade Gutierrez S.A. (b)	Mútuo	223.925	-	206.844	-
<i>Outras Partes Relacionadas:</i>					
Companhia Operadora de Rodovias (a)	Nota de débito	3.078	-	-	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Outros	-	3.933	-	41
Telis Participações S.A. (c)	Mútuo	25.429	-	22.473	-
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	43	-	-
Outros	Outros	40	5	-	-
		<u>252.472</u>	<u>3.981</u>	<u>229.317</u>	<u>41</u>

- (a) Refere-se a repasse de custos de pessoal entre o consórcio COPER e a consorciada Companhia Operadora de Rodovias;
(b) Referem-se a mútuos com a controladora, que possuem vencimentos previstos até 2025;
(c) Mútuo com Telis Participações S.A., com vencimento em abril de 2028.

O Grupo AG adota a prática contábil de reconhecer os seus adiantamentos para futuro aumento de capital no Ativo, pela Companhia que envia e no passivo pela Companhia que recebe.

As transações de mútuos a receber entre a Companhia e suas partes relacionadas, são realizadas em condições negociadas entre as partes, as quais podem ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

13. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

13.1 Política contábil

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões (sempre que surgirem novos processos com prognóstico de perda provável ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda) ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Podem existir ainda, processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores

jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, onde apenas é exigido a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidos quaisquer provisões ou divulgação.

13.2. Composição

As provisões para contingências refletem a opinião de assessores jurídicos (internos e externos) de que a Companhia e sua controlada incorrem em risco provável de perda em ações judiciais de qualquer natureza.

13.3. Movimentação

Controladora e Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em			Provisões em		Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023			
Trabalhistas (a)	27	-	(27)	-	181	-	
TOTAL	27	-	(27)	-	181	-	

Controladora e Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em			Provisões em		Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022			
Cíveis	165.057	68.243	(33.300)	-	-	-	
Trabalhistas	15	82	(70)	27	-	-	
TOTAL	165.072	68.325	(33.370)	27	-	-	

(a) Esta rubrica contempla valores advindos da operação do consórcio COPER.

13.4. Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos

processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

14. OUTROS PASSIVOS

Como parte do acordo de venda das ações da CCR, para o Votorantim e Itaúsa, estabelecido em 5 de julho de 2022, foi acordado, por meio de um instrumento celebrado em 31 de outubro de 2023, que a Companhia irá efetuar o pagamento aos compradores, referente a perdas indenizáveis, no valor de R\$50.363.953,77. Esse pagamento será dividido em 30 parcelas mensais consecutivas, ajustadas pela variação acumulada da SELIC desde a data base de 31 de dezembro de 2022, com a primeira parcela vencendo em 5 de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado é de R\$ 56.981. Após a conclusão de todo processo de negociação entre a Companhia e os adquirentes ficou acordado um pagamento de participação no resultado dessa venda aos administradores e funcionários da Companhia. O valor a ser distribuído é de R\$ 17.054

15. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

15.1. Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos

decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em projeções internas da Companhia.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente e o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

15.2. Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.519)	2.112.362	(26.519)	2.112.362
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	9.016	(718.203)	9.016	(718.203)
(Adições) exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(4.035)	214.214	(4.027)	214.216
Provisões	9	56.115	9	56.115
Outras adições	(377)	(462)	(377)	(462)
Outras exclusões	5.395	53.112	5.387	53.112
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não constituídos	(10.007)	(68.050)	(10.007)	(68.052)
	(9.016)	254.929	(9.016)	254.929
Utilização do prejuízo fiscal	-	138.984	-	138.984
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	0	(324.290)	0	(324.290)
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	0,00%	15,35%	0,00%	15,35%

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital Social

O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Andrade Gutierrez S.A.	1.292.388	99,99938%	1.292.388	99,99938%
Ações em tesouraria (a)	8	0,00062%	8	0,00062%
	1.292.396	100%	1.292.396	100%

O valor nominal de cada ação é R\$0,001839 totalizando R\$2.377, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

- (a) Em fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a recompra de ações de sua própria emissão, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de ações em tesouraria é de R\$85, correspondente a 7.684 ações ordinárias e 714 ações preferenciais.

16.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16.3. Reserva de lucros – reserva estatutária

Efetuada a destinação do valor da reserva legal, e atendida a distribuição mínima de dividendos, a reserva estatutária é constituída à alíquota de 71,25% sobre o resultado líquido do exercício remanescente, conforme artigo 164 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada ao valor do capital social da Companhia.

16.4. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

A compensação de prejuízos ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de Lucros Acumulados e das demais Reservas de Lucro (parágrafo único do art. 189 da lei nº 6.404/76).

16.5. Resultados abrangentes

A demonstração dos resultados abrangentes inclui diversos eventos que impactam diretamente o patrimônio líquido da empresa, tais como variações cambiais de investimentos no exterior, ajustes de avaliação patrimonial, ganhos e perdas atuariais, e variação no percentual de participação em investimentos controlados pela Companhia e suas controladas. Esses eventos são considerados parte integrante dos resultados abrangentes, proporcionando uma visão mais ampla e detalhada da performance financeira da empresa.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

17.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

17.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(30)	(240)	(30)	(240)
Depreciação e amortização	(1.178)	(1.423)	(1.178)	(1.423)
Salários e encargos sociais	(26.998)	(12.256)	(26.998)	(12.256)
Contratação de serviços de terceiros	(3.429)	(95.188)	(3.453)	(95.203)
Impostos, taxas e encargos	(23)	(841)	(22)	(832)
Outros	(293)	(285)	(294)	(286)
Total	(31.951)	(110.233)	(31.975)	(110.240)

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO

O saldo da rubrica Outras receitas (despesas) operacionais é composto por:

Controladora e Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita na venda de participação CCR	-	4.127.060
Baixa ativo mantido para venda CCR	-	(2.133.709)
Realização de outros resultados abrangentes CCR (a)	-	(92.116)
Perda do processo cível FIP Melbourne	-	(200.000)
Perdas indenizáveis (b)	(50.363)	-
Ganho na variação do percentual de participação em investidas (c)	14.663	-
Outras despesas	(2)	(75)
	(35.702)	1.701.160

(a) Refere-se à realização dos outros resultados abrangentes reflexos da CCR no valor de R\$(139.914) e R\$232.030 referente à ágio de mudança de participação na CCR.

(b) Refere-se à perdas indenizáveis resultantes da venda das ações CCR (ver nota explicativa n.º 14)

(c) Refere-se ao ganho na variação de percentual de participação no investimento Evolua (ver nota explicativa n.º 8)

19. RESULTADO FINANCEIRO

19.1. Composição

O resultado financeiro é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	102.769	41.893	102.769	41.893
Juros sobre créditos com partes relacionadas	28.316	21.965	28.316	21.965
Outras receitas financeiras	344	13	344	15
	131.429	63.871	131.429	63.873
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(24.727)	(243.248)	(24.727)	(243.248)
Atualização monetária demais passivos	(47.562)	(72.274)	(47.562)	(72.274)
Outras despesas financeiras	(6.137)	(22.001)	(6.137)	(22.001)
	(78.426)	(337.523)	(78.426)	(337.523)
Total das receitas e despesas financeiras, líquido	53.003	(273.652)	53.003	(273.650)

20. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

20.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

20.2. Resultado básico por ação

Considerando a média ponderada da quantidade de ações em circulação nos exercícios de 2023, o cálculo do resultado por ação é assim apresentado:

Resultado básico por ação (Em milhares, exceto valor por ação)	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(26.519)	1.788.072
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(26.519)	1.788.072
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(8.287)	558.789
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(18.232)	1.229.283
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(26.519)	1.788.072
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	861.585	861.585
Total	1.292.396	1.292.396
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	(0,0192)	1,2971
por ação preferencial	(0,0212)	1,4268

20.3. Resultado diluído por ação

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado básico por ação pode ser diluído, em função da conversibilidade das debêntures, referentes a 1º emissão da Companhia, e os cálculos podem ser assim demonstrados:

Resultado diluído por ação (Em milhares, exceto valor por ação)	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(26.519)	1.788.072
(+) Juros aos detentores de instrumentos conversíveis	16.320	17.402
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(10.199)	1.805.474
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(7.340)	494.921
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(2.859)	1.310.552
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(10.199)	1.805.473
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.023.310	1.023.310
Total	1.454.121	1.454.121
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	(0,0170)	1,1488
por ação preferencial	(0,0028)	1,2807

21. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial geralmente é realizada pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação, que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componentes significativos de financiamento são mensurados inicialmente pelo preço da transação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, e para a venda; ou

Valor justo por meio do resultado: para ativos financeiros que não se enquadrem em nenhum dos critérios anteriores.

Passivos financeiros

Custo amortizado: destinado ao reconhecimento de passivos financeiros não mantidos para negociação, não sejam derivativos e não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações

de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

Controladora					
		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil		Valor contábil	
	Nível	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	359	5.590	345	18.495
Títulos e valores mobiliários		-	747.858	-	777.186
Créditos com partes relacionadas	1	333	252.139	17.937	229.317
		692	1.005.587	18.282	1.024.998
Passivos					
Debêntures a pagar		-	279.367	-	293.302
Fornecedores e subempreiteiros		-	625	-	693
Passivos de arrendamentos		-	126	-	199
Débitos com partes relacionadas	1	-	3.978	1.521	-
		-	280.118	1.521	294.194
Consolidado					
		31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil		Valor contábil	
	Nível	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	371	5.590	356	18.495
Títulos e valores mobiliários		-	747.858	-	777.186
Créditos com partes relacionadas	1	333	252.139	17.937	229.317
		704	1.005.587	18.293	1.024.998
Passivos					
Debêntures a pagar		-	279.367	-	293.302
Fornecedores e subempreiteiros		-	663	-	706
Passivos de arrendamentos		-	126	-	199
Débitos com partes relacionadas	1	-	1.237	1.524	-
		-	281.393	1.524	294.207

Hierarquia de valor justo

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e

Nível 3: Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- Análise de fluxos de caixa descontados.

b) Gerenciamento de riscos

Os mapeamentos de riscos foram segregados em duas categorias: (i) Risco de capital, que é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (ii) Risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado –como as taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros

i. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. Em 31 de dezembro de 2023, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures a pagar	279.367	293.302	279.367	293.302
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(753.807)	(796.026)	(753.819)	(796.037)
Dívida (caixa) líquida ("DL")	(474.440)	(502.724)	(474.452)	(502.735)
Patrimônio líquido ("PL")	378.188	404.707	378.188	404.707
DL / PL	-125,45%	-124,22%	-125,45%	-124,22%

ii. Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em operações compromissadas e CDB's. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da Companhia estão expostos a risco de perda no valor original aplicado, por tanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos. Além das debêntures e partes relacionadas.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função das debêntures emitidas vinculadas à TJLP. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos financeiros para a proteção contra a variação das taxas.

Análise de sensibilidade da exposição à taxa juros

Com base nas projeções de longo prazo do banco Bradesco, divulgado em 26 de fevereiro de 2024, a Companhia adotou como cenário base, a taxa DI estimada de 9,15% a.a. para 31 de dezembro de 2024 (Cenário atual taxa 11,87% a.a.). Os efeitos das variações deste índice no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2024, foi efetuada a partir da média

ponderada dos contratos em aberto atrelados à Taxa DI, em três cenários. Cenário base, aumento de 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II e III, respectivamente.

Operação	Risco	31/12/2023	Período até 31 de dezembro de 2024		
		Cenário Atual % a.a.	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	Taxa DI	11,9%	9,2%	11,4%	13,7%

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Controladora e Consolidado

Operação	Risco	31/12/2023	Período até 31 de Dezembro de 2024		
		Taxa DI	Cenário Atual	Cenário Provável I	Cenário II +25%
Ativos expostos					
Caixa e equivalente de caixa	100%	5.557	509	636	764
Caixa e equivalente de caixa	80%	33	2	3	3
Títulos e valores mobiliários	99%	17.004	1.540	1.925	2.310
Crédito com partes relacionadas	100%	249.395	22.820	28.525	34.230
Total exposição do ativo		271.989	24.871	31.089	37.307
Passivos expostos					
Debêntures a pagar	125%	464.610	(53.140)	(66.425)	(79.710)
Total exposição do Ativo		1.002.998	(53.140)	(66.425)	(79.710)
Exposição efeito líquido (resultado)			(28.269)	(35.336)	(42.403)

22. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2023 e 2022 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	-	(27.395)
Aumento de capital na investida Evolua	16.093	-
Aumento de capital na investida BRIO	-	4.420
	16.093	(22.975)

DIRETORES

Renato Torres de Faria - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
 José Henrique Braga Polido Lopes - Diretor de Investimentos
 Saulo Alves Pereira Júnior - Diretor de Investimentos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Coutinho de Sena – Presidente
 Cláudio José de Castro Miserani
 Paulo Roberto Reckziegel Guedes
 Renato Torres de Faria

CONTADOR RESPONSÁVEL

Leandro Mariano Gonçalves
 CRC MG 105.896/O-1